

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CEMEAR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ (SC)

Valdinho Pellin¹

Liliane Cristine Schlemer Alcântara²

Shimene Feuser³

Vanessa Kohls⁴

ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Resumo

Pensar e desenvolver estratégias para fortalecimento do desenvolvimento territorial no espaço rural é um grande desafio. Estratégias e suas dinâmicas territoriais devem ser pensadas a partir da multidimensionalidade do espaço, considerando além da economia, perspectivas sociais, ambientais, culturais, entre outras. A agricultura familiar apresenta características de estrutura produtiva que exercem papel fundamental na economia, sua forma de organização facilita acesso ao mercado, supre demanda de alimentos, oferece condições de permanência do homem no meio rural, favorece meios de desenvolvimento regional. Da mesma forma, a agroecologia promove preservação e geração de renda para o campo, favorecendo condições ecológicas, econômicas e culturais de diferentes perfis geográficos e populações. Este trabalho propôs-se identificar as principais práticas de agroecologia apoiadas pelo projeto CEMEAR – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, com sede no município de Presidente Getúlio, no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina e verificar como estas práticas podem contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento territorial rural. O CEMEAR conta atualmente com sete grupos de agricultores familiares distribuídos em sete municípios. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, aplicando-se o método descritivo e de natureza exploratória. Efetuou-se caracterização histórica da organização pesquisada e uma entrevista semiestruturada ao presidente da organização. Na sequência, buscou-se identificar as estratégias de desenvolvimento territorial rural, estimuladas pela entidade por meio da análise de duas experiências *in loco*. Concluiu-se que a entidade pesquisada desempenha importante papel na organização e motivação dos agricultores oferecendo apoio técnico e auxiliando não apenas na produção, mas também na comercialização de seus produtos. Observou-se nas propriedades pesquisadas que os produtores têm facilidade e apoio para produzir e dificuldades na organização e venda de sua produção, inclusive no acesso a novos e potenciais

¹ Graduado em Economia. Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FURB. Pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas do PPGDR/FURB. Bolsista Capes. E-mail: prof.pellin@tpa.com.br.

² Graduada em Administração, Mestre em Administração e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da FURB. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br.

³ Graduada em Engenharia Florestal. Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – FURB. E-mail: shimenef@yahoo.com.br

⁴ Graduada em Ciências Sociais e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – FURB. Professora da Rede Municipal de Educação de Pomerode -SC. E-mail: vanessak29cso@gmail.com

mercados consumidores. Neste sentido, o apoio da CEMEAR torna-se fundamental para viabilizar economicamente a produção agroecológica. Apesar dos limites e desafios enfrentados por estes atores sociais e suas organizações, a articulação das redes busca, além do desenvolvimento territorial rural, um sentimento de cidadania e pertencimento alçado pela sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Territorial.

1. INTRODUÇÃO

A busca por alternativas que impulsionem o desenvolvimento local tem sido alvo de discussões nos últimos tempos. O objetivo parece ser sempre mesmo: um desenvolvimento eficaz alicerçado num tripé que envolva crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Neste sentido, a necessidade de implantar estratégias que possam tornar realidade o desenvolvimento local é importante à medida que busca diminuir desigualdades sociais e conquistar melhorias na qualidade de vida da população autóctone. Ganha força, portanto, a ideia do desenvolvimento endógeno, onde a comunidade desperta para o aproveitamento das potencialidades locais, até então exploradas inadequadamente ou de forma incipiente.

Como ressaltam Vieira e Cunha (2002), há necessidade de tentar buscar um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade atual. Um desenvolvimento local integrado e sustentável que busque harmonização dos objetivos ligados ao crescimento econômico, à equidade social, à democratização dos processos decisórios e ao cultivo da prudência ecológica. Nesta mesma linha de raciocínio, Sachs (2003) destaca que o planejamento para desenvolvimento com enfoque territorial tem ganhado importância. No Brasil, experiências inovadoras têm surgido com destaque para discussões acerca da implantação de um Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) que define estratégias locais de desenvolvimento através do envolvimento das comunidades, no âmbito de instâncias coletivas de participação, tais como conselhos e fóruns de desenvolvimento.

Em relação ao desenvolvimento territorial, conceito que será clarificado no decorrer do trabalho, é importante destacar que a noção de território vai muito além da questão geográfica. Inserem-se nela, por exemplo, atores e relações institucionais que os inter-relacionam. Como destaca Carrière e Cazella (2006), territórios são realidades em

movimento nas quais imperam as relações sociais. A noção de território designa aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais.

Partindo do conceito de Carrière e Cazella, territórios rurais podem tornar-se dinâmicos quando investem na multifuncionalidade de seus espaços. Pequenos produtores rurais podem utilizar-se da produção orgânica como alternativa para agregar valor a seus produtos e tornar sua atividade mais rentável.

Essa multidimensionalidade também se aplica à agroecologia e pode oferecer importante contribuição para o fortalecimento de espaços rurais, sobretudo em pequenas propriedades que apresentam dificuldades para viabilizarem-se economicamente.

Neste contexto, o objetivo deste artigo consiste em identificar as principais práticas de agroecologia apoiadas pelo projeto CEMEAR - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, com sede no município de Presidente Getúlio, no Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina e verificar como estas práticas podem contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento territorial rural. O CEMEAR conta atualmente com sete grupos de agricultores familiares distribuídos em sete municípios.

O referencial teórico é dividido em duas partes: a primeira busca caracterizar o desenvolvimento territorial relacionando-o com o desenvolvimento rural. Em seguida, o artigo aborda a agroecologia como alternativa para o fortalecimento do desenvolvimento territorial em espaços rurais, reforçando a tendência emergente de pensar a multifuncionalidade da agricultura, sobretudo das pequenas propriedades.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

2.1 – Desenvolvimento territorial em espaços rurais e agricultura familiar

O desenvolvimento territorial rural, apesar de seu discurso de novidade, de supostamente inaugurar uma nova época de esclarecimento acerca dos problemas de que o meio rural padece e de ter na mão as técnicas e instrumentos que devem trazer a prosperidade para o meio rural, de fato, não constitui nenhuma novidade essencial para reformular a articulação entre mercado, institucionalidade e participação, que vem sendo forjada desde a gênese do desenvolvimento, em finais dos anos 1940: maior e

melhor integração no mercado, apoiada num arranjo entre instituições e legitimada por uma participação reificada e limitada ao papel decorativo de ratificar o que se apresenta como “possível” e “necessário” (GÓMEZ, 2006).

Propostas de desenvolvimento rural sustentável são válidas por proporem uma análise das condições atuais do ambiente rural, ao mesmo tempo em que apresentam metas e objetivos que se deseja alcançar. Pensar o desenvolvimento rural, na atualidade, requer considerar quatro elementos-chave, apontados por Schneider (2004, p.94): “erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, território como unidade de referência e preocupação central com a sustentabilidade ambiental”. Esses elementos apontam para necessidade de superar o modelo estritamente produtivista, que considerava apenas a produção agrícola em larga escala como suficiente para promover o desenvolvimento rural.

A velha visão do desenvolvimento rural, nesse sentido, é aquela que toma a dinâmica responsável pelas feições e tendências desses espaços como meramente resultante da atividade agrícola e dos conflitos agrários. A nova visão do desenvolvimento rural, diferentemente, toma estes espaços em suas múltiplas dimensões: como espaço de produção, de vida, de moradia; e enquanto tal, como resultado de processos sociais e econômicos que não se restringem a um único setor econômico, a agropecuária, nem tampouco podem ser entendidos em mera oposição ao mundo urbano, e sim em integração conflituosa com ele, numa unidade de contrários. (FAVARETO, 2010, p.58)

No caso dos territórios rurais, especialmente, existem ativos e processos específicos cuja valorização supõe uma ação coordenada: é o caso tanto do aproveitamento de amenidades naturais e do patrimônio histórico, como da colocação em mercados dinâmicos dos produtos, dos conhecimentos produtivos tradicionais, das habilidades artísticas, culinárias e da própria tradição folclórica de certa população (ABRAMOVAY, 2005).

A noção de território desenvolve-se inicialmente na área de estudo da geografia, sem, contudo, estar restrita a esta. Katzel, um dos primeiros a apresentar uma definição, o descreve como um espaço apropriado por ele em determinado grupo (CORREA, 1995; SCHNEIDER, 2004). Considerando as formas de apropriação e transformação, o território pode ser compreendido a partir de seus usos, como o espaço modificado pela técnica, pelo trabalho, sendo palco e ator nas relações que ali são produzidas (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Percebe-se que com o passar do tempo o conceito foi se complexificando, adquirindo dimensionalidades diversas. A emergência do território relaciona-se às mudanças socioespaciais, vinculada à globalização, que requer decisões e iniciativas que partam dos territórios, tornando-se ainda referência para atuação político-institucional.

Schneider (2004, p.99) compreende o território enquanto “espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre indivíduos e ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos”. Neste sentido, percebe-o como dinâmico, em constante transformação e mudança. Esse dinamismo é configurado tanto pelos atores internos e suas inter-relações como pela relação com fatores externos. Resultado de uma construção social e coletiva, o território é considerado espaço apropriado por determinado grupo que compartilha valores culturais; e se torna foco do desenvolvimento, não sendo apenas o espaço físico, mas também ator desse processo. Assim, Pecqueur (2005, p.12) afirma que “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

Percebe-se, então, que “a abordagem territorial promoveu superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade” (SCHNEIDER, 2004, p.104-105). Nesta mesma direção, Abramovay (2006) afirma que a noção de território foi fundamental para o estudo das regiões rurais, sobretudo em quatro aspectos. O primeiro assinala a existência de outros atores através do refinamento dos instrumentos que delimitam o rural e da ampliação dos horizontes teóricos na conceituação de território, que não se define pelos limites físicos, mas como se produz a interação social em seu interior; o segundo impede a confusão entre crescimento e desenvolvimento; o terceiro, a necessidade de um estudo dos atores e suas organizações; e, por fim, enfatiza a maneira como uma sociedade utiliza os recursos que dispõe em sua organização produtiva.

Em relação ao rural, historicamente, este foi entendido como um espaço menos povoado, cuja atividade econômica mais importante era agricultura. Nesta perspectiva, justificava-se a implementação da modernização agrícola como forma de desenvolver o ambiente rural, visto que essa se caracterizava por uma série de mudanças,

comomecanização, utilização de sementes selecionadas, uso de fertilizantes e agrotóxicos. Essa modernização, trazida pela Revolução Verde, teve grandes impactos sobre a agricultura e sobre o ambiente rural, como o aumento da produtividade. Entretanto, resultou ainda na concentração de terras e renda que levaram a um forte movimento de êxodo rural, o qual foi importante, inicialmente, para indústria nascente (mão-de-obra), mas também como um entrave para o desenvolvimento urbano e um descaso com o rural (MOREIRA e CARMO, 2004; ABRAMOVAY, 2000).

Na década de 90, surgem programas de desenvolvimento rural sustentável, com ideia de uma industrialização sustentável da agricultura. Entretanto, o manejo industrial dos recursos naturais não corresponde a ideia de sustentabilidade ecológica, pois imprime um ritmo diferenciado e artificial aos ciclos naturais. Diante disso, a agroecologia aparece como uma nova perspectiva para complementar o desenvolvimento territorial rural sustentável.

Faz-se necessário um arranjo institucional que ajude iniciativas de articulação intermunicipal a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado e captar recursos necessários à sua execução. Trata-se de encorajar municípios rurais a se associarem com objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo às associações meios necessários ao desencadeamento do processo. Ou seja, o papel do governo federal e dos governos estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro possam ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver empurrão inicial (VEIGA, 2001).

Um dos pontos cruciais a serem considerados na utilização da noção de desenvolvimento territorial é justamente o entrecruzamento e a interligação entre as iniciativas locais e a ação dos poderes públicos em todas as esferas – nacional, estadual e municipal (TONNEAU e VIEIRA, 2006). Afinal, eficiência, competitividade, capacidade exportadora, capital social, identidade territorial etc., são alicerces para construir o desenvolvimento territorial rural (GÓMEZ, 2006).

Os fatos e a história mostram claramente que, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, ainda se faz necessário no país, como condição para a eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição dinâmica da renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Produção familiar predominantemente descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que

nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne progressivamente média e grande, na medida em que se eleva o custo de oportunidade do trabalho (BUAINAIM, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2003).

A construção de uma agricultura de base ecológica, sustentável, capaz de garantir oferta de alimentos em quantidade e qualidade para todos, constitui um dos maiores desafios da sociedade. Embora se reconheça que a tecnologia por si só não garante o alcance desse objetivo, há relativo acordo de que a qualificação dos processos produtivos agrícolas exige grandes avanços tecnológicos (COSTABEBER e CLARO, 2007).

Muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. Existem na agricultura familiar alguns atributos cuja natureza envolve adesão a valores éticos e morais que dão coesão à ação extensionista. Mais que isso, a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana. Os valores que a agricultura familiar incorpora não são os da tradição, do folclore, da pureza do campo contra a corrupção das cidades (aí, sim, seriam particularistas), mas antes a cidadania: o fortalecimento da agricultura familiar é visto assim como o principal meio de construção daquilo que em nossa sociedade (e, em certo sentido, em nossa civilização) é visto como uma contradição nos termos: a cidadania no campo (ABRAMOVAY, 1998).

2.2 – Agroecologiae suas contribuições para o desenvolvimento territorial no espaço rural

A primeira parte do presente trabalho discorreu sobre a emergência territorial do desenvolvimento, com ênfase na perspectiva rural do mesmo. A partir deste momento pretende-se abordar a agroecologia, considerada uma perspectiva nova e complementar ao desenvolvimento territorial rural sustentável. Segundo Moreira e Carmo (2004, p.55)

[...] a agroecologia é um corpo de conhecimentos científicos e populares derivados do esforço de cientistas naturais e sociais e de agricultores que se recusaram a admitir a modernização industrial da agricultura como a única

forma de manejar os recursos naturais em um mundo submetido à globalização do capital. [...] pressupõe a construção de uma nova ciência comprometida com interesses sociais e ecológicos dos movimentos populares e com a articulação entre ciências sociais e naturais na compreensão dos problemas socioambientais da atualidade, [...] um enfrentamento político com interesses econômicos que dominaram o desenvolvimento do capitalismo industrial na agricultura durante os últimos 130 anos.

Corresponde ao campo de conhecimentos que proporciona bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

A agroecologia foi definida por Altieri (1987) como "as bases científicas para uma agricultura alternativa". Seu conhecimento deveria ser gerado mediante orquestração das aportações de diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola. Esta atividade incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo introjeta princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitam um acesso igualitário aos meios de vida (LEFF, 2002).

Ela se assenta nas particulares condições locais e na singularidade de suas práticas culturais. Híbrida uma constelação de múltiplos saberes e conhecimentos. Mas sua consistência, suas perspectivas de validação e confiança dependem de sua articulação em torno de um novo paradigma produtivo. Pois, mais além de seus direitos próprios como práticas singulares de agricultores, sua existência se debate frente a uma racionalidade econômica e tecnológica que vai conformando e condicionando as formas de intervenção na terra, para extrair seus frutos, onde a produtividade de curto prazo prevalece sobre os princípios da produção sustentável e sobre as formas de apropriação da natureza (LEFF, 2002).

Agroecologia precisa ser entendida como enfoque científico, ciência ou conjunto de conhecimentos que nos ajuda tanto para análise crítica da agricultura convencional (no sentido da compreensão das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde), como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. Não pode ser

confundida com um estilo de agricultura ou simplesmente com um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis. Ainda que ofereça princípios para estabelecimento de estilos de agricultura de base ecológica, não se pode confundir agroecologia com as várias denominações estabelecidas para identificar algumas correntes da agricultura "ecológica" (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

Ela nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL E COSTABEBER, 2002). A agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos (LEFF, 2002). As práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência (LEFF, 2002).

Temos então um desafio que integre pesquisa e extensão, precisamos trabalhar juntos, pesquisadores e agricultores. Cada um tem seu conhecimento, tem suas habilidades. Uns tem mais acesso a informações, outros tem um conhecimento detalhado, de observação de anos, de estar no dia a dia com a natureza. Para que o conhecimento venha a ser parte integrante do agricultor, é muito importante valorizar o conhecimento que ele já possui, partir da sua realidade, da sua necessidade, do seu interesse (PENEIREIRO, 2003).

Assim, a agroecologia demonstra estar em construção, caracterizando-se pela participação, pela valorização do conhecimento local aliado ao conhecimento científico, pelo desenvolvimento do potencial endógeno, pela dimensão sociocultural e pelo conceito de coevolução. Essa coevolução “ajuda a entender que qualquer agroecossistema é produto das relações de mútua determinação entre os sistemas naturais e sociais” (MOREIRA e CARMO, 2004, p.50).

As possibilidades que abrem a agroecologia para converter recursos agrícolas e florestais em bases para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades rurais aparecem, também, como um meio para proteção efetiva da natureza, da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do planeta. A consolidação destes processos dependerá do fortalecimento da capacidade organizativa das próprias comunidades, para desenvolver

alternativas produtivas que permitam melhorar suas condições de vida e aproveitar seus recursos de forma sustentável. Desta maneira, os moradores das florestas e das áreas rurais do Terceiro Mundo poderão aliviar sua pobreza e conservar sua base de recursos como um potencial produtivo que lhes permita satisfazer suas necessidades atuais e construir seu futuro de forma sustentável. Para isso, é necessário reconstruir os potenciais ecológicos e culturais que dão as bases a um paradigma de produtividade ecotecnológica, ao mesmo tempo em que se legitimam os novos direitos coletivos dos povos indígenas e das sociedades rurais, para a reapropriação de seu patrimônio de recursos naturais e culturais (LEFF, 1993).

Movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma agroecológico e a práticas produtivas no meio rural não são senão parte de um movimento mais amplo e complexo orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante. O movimento para um desenvolvimento sustentável é parte de novas lutas pela democracia direta e participativa e pela autonomia dos povos indígenas e camponeses, abrindo perspectivas para uma nova ordem econômica e política mundial (LEFF, 2002).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo analisa um estudo de caso aplicando-se o método descritivo e de natureza exploratória. Aplicação do método descritivo assegura a possibilidade de descobrir características específicas da situação do objeto de investigação, avaliar características previamente conhecidas aprofundando-se significativamente na interpretação da realidade em questão.

Para Hartley (1994) e Yin (2001), a abordagem de estudo de caso não é um método em si, mas uma estratégia de pesquisa. É preferida ao se tratar de questões que tem como fim compreender “como?” e “por que”, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social que é analisada profundamente e intensamente, por isso muito utilizada em diversas áreas no âmbito das ciências sociais aplicadas. Eisenhardt (1989) destaca que é possível construir teorias a partir de estudos de casos, fortalecendo o processo indutivo de construção teórica.

Analizou-se a experiência do CEMEAR – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, com sede no município de Presidente Getúlio, no Alto Vale do

Itajaí em Santa Catarina. A experiência foi selecionada de maneira intencional por ser considerada - respeitando-se suas limitações - exitosa no Estado de Santa Catarina, especialmente no que se refere a organização, produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Como instrumento de coleta de dados realizou-se entrevista semiestruturada aplicada ao presidente da CEMEAR e umavisita em duas propriedades rurais que desenvolvem atividades de produção orgânica orientadas pela entidade pesquisada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente o artigo apresentabreve caracterização da organização, destacandoseus objetivos, atividades desenvolvidas e principais desafios. Em seguida efetua-se análise de duas propriedades que desenvolvem atividades orientadas pelo CEMEAR. As propriedades foram selecionadas de maneira intencional em razão de sua importância e por apresentar características diferenciadas.

4.1 - O Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR):

O CEMEAR conta com sete grupos de agricultores familiares distribuídos em sete municípios do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Seu objetivo é contribuir para o crescimento político, social, econômico e cultural das associações de agricultores familiares.

A principal característica da entidade é promover a participação dos agricultores familiares ecológicos dentro da sua estrutura, estimulandoparticipação efetiva em todas as atividades do CEMEAR, como planejamentos, eventos, projetos e decisões relacionadasàprodução e comercialização de produtos. A tabela a seguir procura sintetizar os objetivos e as principais atividades desenvolvidas:

Tabela 1 – Objetivos e principais atividades desenvolvidas pela CEMEAR.

Fonte: Elaborada pelos autores com base na cartilha produzida pela CEMEAR.

Objetivos	Principais Atividades Desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer maior equilíbrio entre homem e natureza; - Promover viabilização econômica do pequeno agricultor familiar (permanência do agricultor no campo); 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria e apoio a grupos de agricultores familiares praticantes da agroecologia; - Assessoria a projetos municipais de desenvolvimento sustentável; -Cursos de agroecologia;

<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar melhorias na saúde para familiares dos agricultores envolvidos e as famílias que consomem alimentos agroecológicos; - Resgatar histórias e tradições das comunidades rurais possibilitando condições de transmiti-las às futuras gerações; - Fazer com que valores como respeito, confiança, solidariedade e outros a eles associados possam dar oportunidade ao surgimento de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras para consumidores (agroecologia, saúde, alimentação, etc); - Apoio ao estabelecimento de feiras; - Organização do “Dia de campo” (produção agroecológica, produção de sementes na propriedade, adubação verde, etc); - Pesquisa participativa; - Formação; - Assessoria para comercialização.
--	--

Dentre as principais experiências do CEMEAR é possível destacar organização e motivação dos grupos associados no que se refere às questões de produção, comercialização, processamento, capacitação e formação. A entidade participa das redes CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo e Rede Ecovida de Agroecologia que propicia trocas de experiências entre agricultores de várias regiões do Estado.

Um diferencial importante identificado na análise da entidade pesquisada é a constante preocupação com a organização do mercado. O CEMEAR, além de incentivar a produção orgânica, organiza venda desta produção, inclusive buscando inserção dos produtos orgânicos em novos mercados consumidores. Este é um diferencial importante para o fortalecimento da atividade na região pesquisada. Verificou-se que muitos produtores tem facilidade para produzir, no entanto, apresenta dificuldades na organização da venda de seus produtos, no acesso a novos mercados e, inclusive, no transporte de produtos. O apoio do CEMEAR possibilita que estes agricultores comercializem seus produtos em várias regiões do Estado, aumentando significativamente a quantidade comercializada e a renda gerada pela venda destes produtos.

Durante entrevista efetuada com o presidente do CEMEAR, senhor Alexandre Luiz Prada, buscou-se identificar os principais desafios enfrentados pela organização na atualidade. O entrevistado destacou a ausência de políticas públicas de fomento para comercialização da produção do pequeno agricultor familiar e relatou grande dificuldade enfrentada para inserir o projeto no circuito de comercialização, que segundo o entrevistado, “[...] é um processo que une os grupos e proporciona o programa de

trocas solidárias”. Este circuito é realizado principalmente entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro grande desafio relatado refere-se à organização dos produtores para produção sustentável na perspectiva da agroecologia, onde a mola propulsora é o fator “confiança”, citado pelo entrevistado como o principal valor para “pertencimento” do agricultor em um grupo.

A pesquisa buscou identificar como ocorre o processo de certificação dos produtores que pertencem a organização. A certificação ocorre após o proprietário inserir-se em um grupo, o qual certifica sua produção dentro dos regulamentos da Lei Nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

O entrevistado também destacou a importância da Rede Ecovida de Agroecologia para o CEMEAR. A Rede Ecovida é um espaço de articulação da agroecologia, formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia organiza-se em torno de uma rede.

O funcionamento da rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes que facilita troca de informações e certificação participativa. A certificação é dada por um Conselho de Ética Regional formada por duas pessoas nomeadas pelos grupos, que realizam visitas anuais para verificar a qualidade do produto orgânico produzido.

Finalmente identificou-se dificuldades financeiras que comprometem o desenvolvimento das ações da organização. De certa forma, essas dificuldades financeiras estão associadas à falta de políticas públicas de fomento específicas para fortalecimento e expansão de projetos de comercialização.

A pesquisa bibliográfica identificou a importância das parcerias institucionais para a organização. O CEMEAR possui parceiras com organizações nacionais e internacionais importantes que viabilizaram o desenvolvimento de projetos que fortaleceram a produção orgânica na região. Brandes (2012) destaca como principais parcerias para a organização pesquisada:

- a) Trias (ONG Belga) – Contribuiu para implantação de um programa de inclusão social entre os anos de 2003 a 2008 no Alto Vale do Itajaí. O programa foi importante para organização dos grupos de agricultores em suas comunidades (apoio na conversão produtiva e na comercialização, formação e mobilização para o acesso às políticas públicas);
- b) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Foram realizadas assistências técnicas, infraestrutura (construção de agroindústrias e unidades de beneficiamento) e comercialização;
- c) SEBRAE – Em 2009 e 2011 desenvolveu-se um projeto de fortalecimento da comercialização em rede envolvendo vários núcleos (Alto Vale – Serrano – Litoral). Houve cooperação técnica e financeira do Sebrae, que envolveu um total de 192 famílias (35 famílias do Alto Vale do Itajaí).

4.2 - Propriedades rurais no Alto Vale do Itajaí

A segunda parte da pesquisa buscou efetuar análise *in loco* de propriedades rurais que desenvolvem atividades de produção orgânica orientadas pelo CEMEAR. As propriedades foram selecionadas pelo seu grau de importância e por desenvolver atividades distintas, embora relacionadas diretamente com a produção agroecológica. Descreve-se, a seguir, cada propriedade pesquisada:

- a) Propriedade da família Spredemann – Localiza-se a cerca de 17km do centro do município de Presidente Getúlio, na Comunidade de Serra Vencida, em direção à comunidade do Mirador. Pertence ao casal de agricultores Lindomar e Marlene Spredemann que optaram por desenvolver um modelo de propriedade baseado na produção orgânica de alimentos comprometida com a recuperação e preservação ambiental. Desenvolvem importante trabalho de recuperação da mata ciliar, que vem contribuindo para melhorar a qualidade da água do rio que serpenteia a comunidade. Este projeto contribui com o sequestro de carbono aliado a um projeto da Petrobrás

denominado “Projeto Piava”, que conta com apoio da Fundação Fritz Müller do município de Blumenau, SC. O projeto viabilizou o plantio de aproximadamente 2.400 unidades de espécies nativas na propriedade.

Mantém ainda sistemas agroflorestais consorciando palmito-jussara com meliponicultura. Ressaltou ter encontrado pontos de erosão na área de plantio de milho, observando que o mesmo não ocorre na agrofloresta, enfatizando sua importância na proteção do solo. A meliponicultura é praticada com mais de vinte espécies de abelhas nativas que produzem grande variedade de mel (**Figura 1**). O agricultor destaca como principais atividades a produção de mel, geleia, polpas de frutas e derivados do leite. Além disso, recebem visitas técnicas que envolvem professores e alunos de vários níveis, constituindo-se, portanto, em um ambiente de propagação e incentivo de ações voltadas à educação ambiental.



Figura 1: Meliponicultura da família Spredemann em Presidente Getúlio (SC), com mais de vinte espécies de abelhas nativas.

Uma das dificuldades enfrentadas na agricultura familiar em geral consiste na comercialização. No entanto, além de auxílio técnico, o CEMEAR orienta a comercialização de seus produtos em feiras e diretamente nas residências. O agricultor afirma que sem esse apoio dificilmente conseguiria viabilizar economicamente sua produção.

Quando questionado sobre sua relação com o meio ambiente, o produtor rural destaca que faz quinze anos que mudou sua concepção a respeito da natureza, criando uma consciência mais ecológica:

A gente não tinha informação, daí entrou a antena parabólica, passei a ver documentário, via os bichos e achava que era lindo, ia entrando na cachola. Matei um pássaro, vi aquele bicho e me senti um covarde. [...] Caçar não sou contra se é para comer, mas não, enquanto não cai o último, não param de atirar. Se eu pudesse devolver à natureza tudo o que tirei, devolveria...

Seu conhecimento sobre as diversas espécies nativas é inquestionável e em um dos diálogos confessa sua indignação com a falta de pesquisa nas questões relacionadas com a sustentabilidade e na importância do conhecimento tradicional:

Elimina um, elimina tudo, pesquisa tinha que desenvolver um sistema que destrói só aquele. [...] a praga é consequência nossa, não da natureza, tá lá porque alguém desenvolveu o desequilíbrio. Nunca fiz curso, sou observador! Só se consegue aprender, observando, aprende com isso [...].

É importante destacar que o produtor rural já praticou agricultura tradicional e corte de árvores para uso de madeira nativa. No entanto, hoje percebe que esta prática é imprópria:

Nossa região não é aconselhável para agricultura. É muito morro. [...] a erosão quebra o solo. O ser humano é ignorante em relação à natureza. Vai faltar fauna e principalmente água. [...] Podemos mostrar que pode se tirar lucro da natureza agredindo o mínimo.

Verificou-se que a preocupação com a preservação ambiental está presente em todas as atividades desenvolvidas e propicia a toda comunidade civil e acadêmica oportunidade de compartilhar da sua experiência por meio de vivências práticas.

b) Propriedade da família Schmidt—Possui 40 ha e é administrada pelo casal Afonso e Lucita Schmidt que trabalham há quinze anos com conceitos da agroecologia. Mantêm duas hortas com produção orgânica e as hortaliças e verduras orgânicas produzidas são certificadas pela organização Natureza e Vida (**Figura 2**).



Figura 2: Horta agroecológica da família Schmidt em Presidente Getúlio (SC), certificada pela Organização Natureza e Vida.

A adubação da propriedade é realizada com adubo orgânico produzido na propriedade e o controle de pragas com controle biológico, com fumo, alho e água de sabão. Utiliza-se o sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV), ou seja, rodízio com trinta e dois piquetes que contribui para a quebra do ciclo do carrapato das vacas leiteiras, ao mesmo tempo que diminui custos de alimentação dos animais e serve de adubo orgânico para produção de hortaliças. Constitui-se em alternativa agroecológica para o bem-estar dos animais e na redução do impacto ambiental.

O produtor relata que este sistema exigiu nova postura em relação ao trabalho e a terra, desde o manejo do solo (eliminando práticas predatórias de preparo mecanizado do solo, substituição de sementes industriais dependentes de fertilizantes químicos), até a estimulação de processos naturais de proteção do solo. Excluiu ainda o uso de fertilizantes, agrotóxicos e produtos reguladores de crescimento e hoje tem como base o uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças.

A comercialização dos produtos é realizada pelo CEMEAR em feiras e no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que é uma das ações do Projeto “Fome Zero”. O programa promove acesso a alimentos para população pobre e, ao mesmo tempo, promove inclusão social e econômica do campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, os produtos são vendidos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que garante, por meio de transferência de recursos financeiros, alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento territorial sustentável pode ser compreendido como uma estratégia de desenvolvimento que privilegia o território, como espaço concreto no qual comunidades vivem (viveram e viverão), portanto conhecem seus problemas e não negam estabelecer acordos ou arranjos para resolvê-los e, assim, melhor conservar seus modos de vidas e que estes não necessariamente estejam submetidos a supremacia

econômica, mas o que se denomina por desenvolvimento sustentável (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006; PECQUER, 2006; SAMPAIO, 2010).

A agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas (LEFF, 2002).

De acordo com Sachs (1993), as mudanças fundamentais para promover o desenvolvimento agrícola e rural sustentável incluem envolvimento e participação ativa da população rural com o fortalecimento dos grupos locais; descentralização e capacidade de gestão das comunidades locais; estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais e conservação dos recursos naturais para manter e até mesmo aumentar a capacidade de carga dos ecossistemas.

Neste contexto, concluiu-se que nas experiências analisadas são adotados os princípios da agroecologia que contribuem para o desenvolvimento nos espaços territoriais rurais. A participação dos agricultores familiares ecológicos distribuídos nos municípios do Alto Vale do Itajaí, no CEMEAR, promove dentro da sua estrutura a participação efetiva dos grupos nas atividades de planejamento, eventos, projetos, decisões relacionadas à produção e comercialização de produtos por meio de redes e circuitos de comercialização.

Apesar dos limites e desafios enfrentados por estes atores sociais e suas organizações, a articulação das redes promove além do desenvolvimento territorial rural, um sentimento de cidadania e de pertencimento alçado pela sustentabilidade ambiental, social e econômica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.15, n.1. Brasília: 1998.

_____. **Agricultura familiar y desarrollo territorial**. Reforma agrária, p. 28-43, jan./jun. 2000.

_____. **Representatividade e inovação**. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. Brasília. Disponível

em:<http://http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/condraf_25_08_05 > Acesso em: 11 dez. 2012. p.3

_____. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, Manbel; NEIMAN, Guillermo e LATTUADA, Mario. **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: CICCUS, p.51- 70, 2006.

ALTIERI, M.A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**.Colorado: Westview Press, Boulder, 1987.

BRANDES, M. E. **Cadeia Produtiva Agroecológica do Núcleo Alto Vale: perspectivas da Rede Ecovida na construção de mercados solidários**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau – SC. 2012.

BUAINAIN, A. M;ROMEIRO, A. R., GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. Sociologias. Porto Alegre: 2003.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. In: Agroecol. Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3. n. 2, abr./jun. 2002.

CARRIÈRE, J. P. e CAZELLA, A. A.. **Abordagem Introdutória ao conceito de desenvolvimento território**.*Eisforia (UFSC)*, Florianópolis: 2006.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; COSTA GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-23, 1995.

COSTABEBER, J. A.; CLARO, S. A.**Experimentação participativa e referenciaistecnológicos para uma agricultura familiar ecológica esustentável**.Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1. 2007.

EISENHARDT, K. M. **Building theories from case study research**.The academy of Management Review, v. 14, n 4, out. 1989.

FAVARETO, A. **As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento**. Raízes, Campina Grande, v. 28 e 29, n. 1 e 2, p.52-62, janeiro 2009-junho 2010.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese de doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

HARTLEY, J. F. **Estudos de caso em pesquisa organizacional**. In: CASSEL, C ; SYMON, G. Qualitative methods in organization research: a practical guide. London: SagePublications, 1994.

LEFF, E. **La dimensión cultural del manejo integrado, sustentable y sostenible de los recursos naturales**. In: LEFF, E.; CARABIAS, J. (Coord.) Cultura y manejo

sustentable de los recursos naturales. México: CIIH-UNAM/Miguel Angel Porrúa/PNUMA Editores, 1993.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. In: Agroecol. Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3. n. 1, jan./mar. 2002.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, v. 25, n. 1. Porto Alegre: 2004.

MOREIRA, R. M; CARMO, M. S. do **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. In: II Congresso Brasileiro de Agroecologia. São Paulo, 2004.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Campina Grande: Raízes, 2005.

_____. **Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados**. *Eisforia*, Florianópolis: 2006.

PENEIREIRO, F. M. **Educação agroflorestal: construindo junto o conhecimento**. In: II Simpósio de Agrofloresta Sucessional. Aracaju, 2003.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI**, desenvolvimento e meio ambiente. In: Studio Nobel, São Paulo, 1993.

_____. **Inclusão social pelo trabalho– Desenvolvimento humano, trabalho descente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Gramond. 2003.

SAMPAIO, C. A. C.. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau: EDFURB, 2010.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, p.11-22, 2001.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Sociologias, Porto Alegre, n. 11, p.88-125, jan. 2004.

TONNEAU, J. P. e VIEIRA, P. F. **Que diretrizes de pesquisas para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil?** In: *Eisforia*, ano 4, volume 4, n. especial. Florianópolis: UFSC, 2006

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. In: Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2012. p.18.

VIEIRA, P. F.; CUNHA, I. Posfácio. **Repensando o desenvolvimento catarinense**. In VIEIRA, P. F. (Org). A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e metodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2001.